

Comunicação, educação e comunidades sustentáveis

Andrée Marie Louise de Ridder Vieira

Introdução

A Agenda 2030 e os ODS - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015) demandam à sociedade global um grande desafio para cumprir suas metas até o ano de 2030. Isso implica estabelecer parcerias colaborativas entre todos os segmentos da sociedade para desenvolver cidades inclusivas, criativas, educadoras e mais sustentáveis.

Num país como o Brasil, a megadiversidade biológica, cultural e socioeconômica acrescenta uma responsabilidade maior para encontrarmos soluções inovadoras para a sustentabilidade local. É preciso envolver cada comunidade, em toda sua diversidade, como co-responsável pelo desenvolvimento humano e econômico em sinergia com a conservação ambiental.

No caso de territórios vulneráveis, como a Mata Atlântica, a participação das comunidades litorâneas é de grande relevância. Sobretudo, sua capacidade de tornarem-se ativas e protagonistas das transformações socioambientais mantendo a sustentabilidade dos serviços ambientais deste bioma.

A Mata Atlântica restringe-se, atualmente, a apenas 8,5% do seu território original (SOS Mata Atlântica, 2017), ocupando o quinto lugar do ranking dos 34 *Hotspots* prioritários para a conservação identificados em todo o Planeta (Conservação Internacional, 1999).

O conceito de *Hotspots* foi criado, em 1988, pelo ecólogo inglês Norman Myers, quando vários cientistas estavam preocupados em estabelecer prioridades para conservar áreas endemicamente ricas e ao mesmo tempo garantir a proteção dos lugares mais ameaçados do mundo. Deste modo, tem-se como *Hotspot*:

“É considerada *Hotspot* uma área com pelo menos 1.500 espécies endêmicas (não são encontradas em nenhum outro local) de plantas e que tenha perdido mais de 3/4 de sua vegetação original” (Mittermeier et al,1999).

O Corredor de Biodiversidade da Serra do Mar, na Mata Atlântica é, há 14 anos, o território prioritário de atuação da OSCIP Instituto Supereco. Fundado em 1994, o Supereco possui renomado trabalho nos campos da educação, cultura, comunicação, conservação e sustentabilidade, a partir de um eixo temático estratégico: “oceano, água, floresta, clima e sociedade” (www.supereco.org.br).

No Brasil, a instituição foi uma das pioneiras na Educação ambiental transversal e multidisciplinar e na Educomunicação. 23 programas socioambientais implantados geraram mais de um milhão de beneficiários diretos.

Os processos metodológicos e os resultados institucionais alcançados estão alinhados com as políticas públicas brasileiras do seu campo de atuação, e com vários dos 17 ODS da Agenda 2030, cumprindo muitos dos desafios propostos no papel.

A partir desta experiência institucional, pretende-se abordar alguns apontamentos e reflexões acerca da comunicação como estratégia de sensibilização, mobilização socioambiental e educação para a sustentabilidade. Ademais, sua influência direta no comportamento humano e na formação de comunidades mais sustentáveis no litoral norte de São Paulo. Para Diegues (2003, p.1):

“A construção de comunidades e sociedades sustentáveis deve partir da reafirmação de seus elementos culturais e históricos, do de-

envolvimento de novas solidariedades, do respeito à natureza não pela mercantilização da biodiversidade, mas pelo fato que a criação ou manutenção de uma relação mais harmoniosa entre sociedade e natureza serem um dos fundamentos das sociedades sustentáveis”.

A ideia não é trazer conclusões e respostas neste momento, uma vez que tais objetivos fazem parte da linha de investigação da autora, que está em desenvolvimento no Mestrado em Ciências da Comunicação da Universidade Fernando Pessoa, em Porto, Portugal.

Contudo, é almejado que os leitores deste texto, e os participantes do II Congresso Internacional de Comunicação e Educação e do VIII Encontro Brasileiro de Educomunicação, possam refletir sobre suas próprias experiências educacionais.

O estudo de caso da investigação (2018/2019) é o Projeto Tecendo as Águas. A iniciativa já foi premiada com o 1º Lugar do prêmio “LIF 2015 – Clima e Sociedade: a mudança começa em nós”, da Câmara de Comércio França-Brasil; com o “Melhores Práticas de Educação Ambiental e Gerenciamento de Recursos Hídricos de 2014”, durante o “XII Diálogo Interbacias de Educação Ambiental em Recursos Hídricos – Água & Energia”; e, ainda, eleito entre os melhores projetos brasileiros selecionados pela Abong (Associação Brasileira de ONGs) para fazer parte da delegação brasileira no Fórum Social Mundial de 2015, na Tunísia, África.

A autora estabeleceu quatro objetivos estratégicos para sua investigação no estudo de caso. São eles:

- a) a comunicação pode ser considerada uma estratégia educativa para aproximar os complexos temas ambientais das comunidades, de forma a garantir interesse e mobilização social?
- b) quais metodologias e características ela necessita apresentar para produzir as transformações sociais e ambientais esperadas?
- c) em que medida os atores sociais promotores e receptores da educomunicação são beneficiados? Tornam-se ativos, influenciadores de outras pessoas e multiplicadores de boas práticas de sustentabilidade?

d) quais aspectos são considerados estratégicos para que os beneficiários de processos educacionais tenham permanência, continuidade e emancipação, após a retirada dos promotores dos projetos de educação?

Os ODS e as políticas públicas para as mudanças locais

Antes de passar diretamente ao tema da comunicação, propõe-se resgatar um histórico acerca do surgimento dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. Segundo o relatório “*2017 Revision of World Population Prospect*”, lançado pela Organização das Nações Unidas, a população mundial deve alcançar 9,6 mil milhões de habitantes em 2050 (UNPD, 2017).

O aumento significativo de habitantes nas cidades do planeta impactará diretamente sobre as infraestruturas, os serviços e a demanda excessiva pelos recursos naturais, alterando significativamente as áreas urbanas e naturais.

A prospecção de uma possível insustentabilidade planetária não é nova. O Relatório Brundtland (CMAD, 1987, p. 46) já apontava atenção especial para essa questão, quando definiu, em 1987, o desenvolvimento sustentável como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades”.

Com o advento da Conferência RIO 92, em junho de 1992 no Rio de Janeiro, o conceito ganhou força mundial e forte apelo na mídia de massa. O termo sustentabilidade foi, aos poucos, sendo incorporado nas pautas cotidianas dos diversos veículos de comunicação, nas agendas de grande parte das nações e nos vários segmentos sociais.

Na ocasião, foi lançado oficialmente um dos principais documentos mundiais norteadores da educação ambiental, o *Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global*. Já é possível identificar, entre seus Princípios e Ações, uma interface relevante entre a comunicação e a educação.

Sobretudo, quando o Tratado propõe ações que destacam a importância da memória, cultura e os saberes populares, assim com a transmissão dos conhe-

cimentos tradicionais intergeracionais, como instrumentos de uma educação transformadora, crítica e voltada às sociedades mais sustentáveis.

Questiona-se, inclusive, o papel dos meios de comunicação de massa, cabendo a escrita de um princípio específico como norteador de uma comunicação menos comercial e meramente midiática, mais democrática e articulada, em grupos e redes comunicativas para o intercâmbio de experiências:

“Princípio 14: A Educação Ambiental requer a democratização dos meios de comunicação de massa e seu comprometimento com os interesses de todos os setores da sociedade. A comunicação é um direito inalienável, e os meios de comunicação de massa devem ser transformados em um canal privilegiado de educação, não somente disseminando informação em bases igualitárias, mas também promovendo intercâmbio de experiências, métodos e valores.” (Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global, ONU, 1992)

Em um modelo capitalista difundido em larga escala, conciliar integralmente a dimensão ambiental, com a dimensão social e a dimensão econômica tornou-se quase um feito inviável. Conhecido como o tripé da sustentabilidade (*triple botton line*), as limitações quanto a sua real exequibilidade levaram Martine e Alves (2015, p.24) a nomeá-lo de “trilema da sustentabilidade do século 21”.

Na tentativa de direcionar esforços nessa integração, a Organização das Nações Unidas propõe, em 2000, uma agenda mundial comum regida pelos Objetivos do Milênio (ODM). Trata-se de um conjunto de metas para a redução da pobreza, a promoção social e a proteção do meio ambiente (Okado e Quinelli, 2016, p.118).

O prazo foi exíguo para cumprir metas tão relevantes, previsto ainda no século XXI, de modo que a Organizações das Nações Unidas aproveitou, estrategicamente, a Conferência RIO+20 em 2012 para a criação de um novo painel intergovernamental.

Surge, então, a Agenda 2030, que contém 169 metas, estendendo o prazo até 2030 para uma diretriz futura comum a partir de 17 ODS - Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (Okado e Quinelli, 2016, p.111-126).

Mas, como alcançar uma meta tão ambiciosa se grande parte da crise da insustentabilidade, no século XXI, decorre da falta da cultura para a sustentabilidade e de um modelo de desenvolvimento totalmente linear?

Durante décadas, pessoas, sociedade, negócios, valores e planeta tiveram realidades distintas e sem visão de interdependência. Paralelamente, os processos educativos e comunicativos também foram fragmentados e deixaram a desejar no cenário da insustentabilidade.

Atualmente, não faltam conhecimento científico e dados para conhecer o que precisa ser feito. Logo, um dos principais desafios da “ciência da conservação” é aproximar e popularizar amplamente as complexas questões acadêmicas e ambientais para a sociedade em geral.

Este processo passa pela necessidade de re/construção dos conceitos científicos, técnicos e tecnológicos da área ambiental, antes inatingíveis a esse público, numa dimensão de conteúdo, linguagem e formato capazes de promover a sua real compreensão e a apropriação pelas comunidades (Caldas, 2000, p.8).

Para além de novas soluções tecnológicas, é preciso que estratégias de (eco) educação e de comunicação saiam da borda e sejam o “centro da sustentabilidade”. Criar a cultura da sustentabilidade e significá-la como um propósito comum.

Isso implica desafiar cada localidade a desenvolver, simultaneamente, sociedades mais pacíficas e a construir comunidades mais sustentáveis e inclusivas, conforme os 5 Ps da Agenda 2030: pessoas, planeta, parcerias, prosperidade e paz. (United Nations, 2015).

Assim, a comunicação é um precioso caminho para romper a alienação e a desigualdade em uma sociedade. O conhecimento com propósito tem um papel fundamental na democracia, na emancipação e no desenvolvimento social e econômico.

Nesta direção, o Ministério do Meio Ambiente do Brasil instituiu uma linha de ação - “Comunicação para Educação Ambiental”, em seu Programa Nacional

de Educação Ambiental (ProNEA, MMA, 2015). Um dos objetivos foi valorizar aspectos pedagógicos que proporcionem maior participação e diálogo da sociedade, como segue:

“A comunicação atua por meio de produção, gestão, disponibilização e veiculação de informações no campo da educação ambiental, de forma interativa e dinâmica, estimulando a participação e o controle social” (ProNEA, MMA, 2015)

A autora propõe algumas reflexões a respeito deste estímulo de produtos de comunicação para a educação concebidos no Brasil:

- a) Com que frequência os processos e produtos de comunicação são concebidos a partir da valorização da iconografia brasileira e da sociodiversidade, retratando os cenários da atualidade e gerando pertencimento?
- b) Com que frequência produtos de comunicação são resultado de processos participativos envolvendo o próprio público nas etapas de concepção, desenvolvimento, uso e monitoramento?
- c) Quantos apelos visuais e mensagens são apenas informativos, cheios de dados sem significado, sem apoiar processos formativos?
- d) Quantos recursos são gastos com produtos e processos comunicativos que não possuem o melhor formato e abordagem para um determinado perfil de público?

A educomunicação socioambiental transdisciplinar

Segundo Sartori (2006, p.1) as “inter-relações Comunicação-Educação estão presentes tanto em situações educativas, formais ou não formais, quanto em ações comunicacionais específicas das mídias”. A educomunicação e os ecossistemas comunicativos surgem desta articulação lógica, sendo retratados em dois olhares complementares:

“O conjunto de ações voltadas ao planejamento e implementação de práticas destinadas a criar e desenvolver ecossistemas comunicativos abertos e criativos em espaços educativos, garantindo, des-

ta forma, crescentes possibilidades de expressão a todos os membros das comunidades educativas” (Soares, 2010, p.36).

“Educomunicação, inclui-se, sem reduzir-se, o conhecimento das múltiplas linguagens e meios através dos quais se realiza a comunicação pessoal, grupal e social. Abrange também o senso crítico, inteligente, diante dos processos comunicativos e de suas mensagens, para descobrir os valores culturais próprios e a verdade” (CENECA/UNICEF/UNESCO, 1992).

Considerando a educação em larga escala, não há como negar que a escola pode se tornar um campo fértil para os processos de educomunicação e a formação de comunidades mais sustentáveis. Especialmente no Ensino Médio, onde os jovens são preparados para ingressar nas atividades profissionais e há o desinteresse pela educação tradicional frente aos avanços do mundo digital. Contudo, conforme Silva (2015, p.55), nem toda escola compreende o verdadeiro papel da Comunicação para a educação transformadora:

“Para muitas instituições, como a escola, a Comunicação ainda é vista somente pela perspectiva técnica dos meios de comunicação e não como uma possibilidade de olhar o mundo de maneira crítica de forma a incentivar o empoderamento do interlocutor e reforçar o seu sentimento de pertencimento, tornando-o parte do processo de significação e ao mesmo tempo em que o torna capaz de se apropriar e utilizar técnicas e dos procedimentos inerentes ao fazer comunicacional”.

Sob esta perspectiva, a educomunicação não deve ser considerada como uma nova disciplina a ser introduzida nas escolas brasileiras. Haja visto o que ainda acontece nas discussões sobre a educação ambiental ser ou não uma disciplina obrigatória, mesmo que amparada pela Lei no 9.795/99 (Lei da Educação Ambiental) como uma área transversal e com boas práticas de referência nacional para o mundo.

Soares (2011, p.25) reforça a educomunicação como “um modo processual, midiático, transdisciplinar e interdiscursivo”. Deste modo, ela é capaz de per-

mear todas as áreas de conhecimento curriculares para despertar e revelar o potencial criativo de cada aluno.

O Instituto Supereco investe boa parte de seus esforços em processos transversais e de empoderamento. Prioriza metodologias participativas que instiguem os comunitários a produzirem “comunicação” e “mensagens” significadas a partir do conhecimento sobre o seu território e a leitura crítica de sua própria realidade, cultura e saberes locais.

Os apontamentos de Mário Kaplún (2014) relatam que uma determinada prática de comunicação focada em processo contribui para a transformação da pessoa, entre as pessoas, e da comunidade onde ela vive.

O PronEA passa a amparar legalmente o conceito de educomunicação socioambiental e dá significado ao trabalho do Instituto Supereco. Segundo Costa (2008, p.10), a educomunicação socioambiental:

“Refere-se ao conjunto de ações e valores que correspondem à dimensão pedagógica dos processos comunicativos ambientais, marcados pelo dialogismo, pela participação e pelo trabalho coletivo. A indissociabilidade entre questões sociais e ambientais no fazer-pensar dos atos educativos e comunicativos é ressaltada pelo termo socioambiental. A dimensão pedagógica, nesse caso em particular, tem foco no “como” se gera os saberes e “o que” se aprende na produção cultural, na interação social e com a natureza”.

Com base em valores como ética, cuidado e o respeito à diversidade, a Educomunicação Socioambiental traz oito princípios norteadores. Eles podem auxiliar a composição de diretrizes de monitoramento e avaliação dos processos e resultados desta área, inclusive na pesquisa da autora junto aos grupos focais. São eles:

“a) 1º - Compromisso com o diálogo permanente e continuado; b) 2º - Compromisso com a interatividade e produção participativa de conteúdos; c) 3º - Compromisso com a transversalidade; d) 4º - Compromisso com o Encontro/Diálogo de Saberes; e) 5º - Compromisso com proteção e valorização do conhecimento tradicional

e popular; f) 6º - Compromisso com a democratização da comunicação e com a acessibilidade à informação socioambiental; g) 7º - Compromisso com o direito à comunicação; e h) 8º - Compromisso com a não discriminação e o respeito à individualidade e diversidade humana” (ProNEA, 2015)

Os grupos focais da investigação serão divididos em dois segmentos: a) beneficiários - formados por alunos comunitários das atividades de educomunicação do eixo “No Ritmo das Águas”, do Projeto Tecendo as Águas; b) educadores - formado por representantes da equipe de educação ambiental e de educomunicação do projeto.

Pretende-se analisar como ocorrem as mudanças pela relação ensinar-aprender-agir, por meio do processo “aprender fazendo junto” e do diálogo entre educadores e educandos. Nesta direção, Soares (2014, p.147) apresenta “valores educativos” importantes aos profissionais da educomunicação:

a) a opção por aprender a trabalhar em equipe, respeitando as diferenças; b) a valorização dos erros como parte do processo de aprendizagem; c) o amparo a projetos dirigidos à transformação social; d) a gestão participativa de todo o processo de intervenção comunicativa”.

Estudo de caso: Projeto Tecendo as Águas no litoral norte de SP

Nos últimos dez anos, o litoral norte do estado de São Paulo apresentou o maior crescimento populacional do estado. Grande parte desse fenômeno decorreu da implantação simultânea de megaempreendimentos nos segmentos de petróleo, energia, gás e transporte viário em área de pré-sal da Bacia de Santos.

A principal vocação socioeconômica da região, geradora de renda para as comunidades, é o turismo. A Serra do Mar deste litoral abriga a grande malha de recursos hídricos que abastece de água doce todas as atividades econômicas, a população do litoral norte e os turistas, que colaboram para triplicar o número de habitantes das cidades na alta estação.

Os impactos socioambientais desta ocupação são significativos, desde a pressão sobre a segurança hídrica e a infraestrutura insuficiente; até a descaracterização do patrimônio material e imaterial de influência caiçara.

É neste cenário que o Instituto Supereco atua, há 14 anos, com o planejamento territorial integrado e a gestão compartilhada e conservação das bacias hidrográficas mais críticas e prioritárias para abastecimento público, em Caraguatatuba e São Sebastião: a Bacia Rio Juqueriquerê e a Bacia do São Francisco, das quais dependem os serviços ambientais e a socioeconomia.

Para engajar as comunidades e parceiros neste desafio, o Supereco cria suas estratégias de comunicação de forma integrada, valorizando a iconografia e a participação dos atores sociais diversos. Os produtos, mensagens e processos comunicativos são concebidos retratando os cenários, personagens, boas práticas e conteúdos socioambientais da região, de problemas a soluções.

A metodologia aplicada é *learning by doing* (aprender fazendo), por meio de oficinas participativas comunitárias, que diferenciam a comunicação meramente informativa e midiática da comunicação formativa e crítica. O objetivo é sensibilizar as pessoas, tornando-as ativas para ler criticamente sua realidade, compreender, produzir, gerir e disseminar conhecimento com pertencimento local.

Entre 2007 a 2009, o Supereco implementou o Projeto “Água de Beber”, a partir do edital público Petrobras Ambiental 2006. O projeto foi um dos pioneiros da educomunicação no litoral norte, com a produção de 120 spots de rádio com o apoio das comunidades atendidas, veiculados em rádios comerciais - Rádio Morada FM e Rádio Caragua FM.

Em 2013, a instituição lança o *Projeto Tecendo as Águas: uma rede de cooperação pela vida*, contemplado pelo edital público Petrobras Socioambiental 2012. O Tecendo é o estudo de caso da autora e tem o patrocínio da Petrobras e o apoio de parceiros como Instituto Educa Brasil, CBH-LN, Prefeituras de Caraguatatuba e de São Sebastião, Refresh Brazil, OBME - Organização Brasileira de Mulheres Empresárias, Instituto Trata Brasil, CEAG - Centro de Educação Ambiental de Guarulhos.

A articulação de uma rede de atores estratégicos tem o papel de somar experiências, diálogos e boas práticas de lideranças dos setores públicos, Ongs, empresas e colegiados da região, juntamente com o Grupo Ciclos Contínuos. Este Grupo corresponde a lideranças comunitárias de vários segmentos do projeto, que atuam como multiplicadores e mobilizadores sociais nas comunidades beneficiadas.

A educação ambiental e a educomunicação são os eixos transversais que conectam seis áreas temáticas tecidas num rico mosaico:

- 1) *Saberes das Águas* - formação continuada de educadores (formal e não formal);
- 2) *Águas da Mata* - restauração de matas ciliares, ecoeficiência na zona rural e agroecologia;
- 3) *Se Liga nas Águas* – campanhas educacionais de saneamento e saúde para ligações das edificações factíveis ao sistema de esgotamento sanitário;
- 4) *Conhecendo as Águas* – gestão das águas e florestas com diagnósticos socioambientais e sanitários participativos; estudos científicos e monitoramentos para subsidiar as políticas públicas de águas, uso e ocupação do solo e vegetação;
- 5) *Caminho das Águas* – implantação de um roteiro ecoturístico, educativo, histórico e cultural em São Sebastião; e
- 6) *Ritmo das Águas* – educomunicação (rádio, web e audiovisual) para comunidades, as quais apoiam a programação da Rádio Web Supereco, as mídias sociais e o website supereco (www.supereco.org.br)



Figura 1 – Mosaico de áreas integradas do Projeto Tecendo as Águas
Fonte: Instituto Supereco, 2013.

A integração entre os campos da comunicação e educação tem sido a principal estratégia de sensibilização, mobilização e multiplicação das intervenções. Assim como o diálogo, trocas e compartilhamento de técnicas, metodologias e conhecimentos com os vários saberes da região: tradicional, cultural, tecnológico e científico.

Espera-se que, ao vivenciarem processos de educomunicação, os beneficiários comunitários e os educadores possam alcançar:

- a) o desenvolvimento pessoal, com a elevação da autoestima, a oralidade, o interesse no protagonismo social;
- b) o desenvolvimento de habilidades e competências socioemocionais e de comunicação;
- c) a visão crítica dos conteúdos de massa;
- d) diferentes maneiras de ver e agir no mundo;
- e) a produção democrática das formas de se comunicar, apostando na capacidade expressiva de pessoas de qualquer idade, origem, comunidade e com sua linguagem própria;
- f) a capacidade de produzir, gerir e disponibilizar informação e conhecimento sobre temas socioambientais e culturais, trabalhando o conceito de audiências ativas com a formação de grupos locais para a produção de conteúdos e produtos de comunicação em rádio, WEB e vídeo; e
- g) a melhoria de sua participação nos principais canais e fóruns de discussão das temáticas sociais e ambientais da região.

Pesquisar, compreender o território e produzir roteiros, reportagens, spots de rádio, radionovelas, vídeos, blogues, logomarcas, entre outros, reforçam nos alunos comunitários a participação e o reconhecimento da importância da “voz da comunidade” pelas mídias; o que não ocorre com regularidade nos espaços públicos e até mesmo nas escolas tradicionais.

Quando a sociedade recebe uma mensagem concebida e comunicada pelos próprios comunitários, há maior significado, valor e adesão.

É também uma forma de demonstrar aos gestores de políticas públicas a importância de investirem em processos educativos mais criativos e eficientes.

Ainda mais voltados ao exercício da cidadania plena, extrapolando os muros da escola e da comunidade para a valorização dos talentos e da diversidade, conforme inspira Morin (2000, p.13):

“Educar é colaborar para que professores e alunos – nas escolas e organizações – transformem suas vidas em processos permanentes de aprendizagem. É ajudar os alunos na construção da sua identidade, do seu caminho pessoal e profissional – do seu projeto de vida, no desenvolvimento das habilidades de compreensão, emoção e comunicação que lhes permitam encontrar seus espaços pessoais, sociais e profissionais e tornarem-se cidadãos realizados e produtivos”.

Como principais resultados atingidos até o momento (etapa 1 e 2) temos:

- Mais de 20 cursos e oficinas de educomunicação (Rádio, TV, Cinema e Web), resultando na produção de spots de web e comerciais, vídeos, blogs, conteúdos para redes sociais e canais digitais. Em destaque, a participação de jovens do Ensino médio da E.E Nair Ferreira Neves (Bairro São Francisco) e da EE Josepha de Sant’Anna Neves (Bairro Topolândia), além de alunos da APAE, crianças e jovens do Ponto de Cultura do grupo de Maracatu Odé da Mata;
- 01 radioweb (<http://radiosupereco.com>), com programação cultural e conteúdo jornalístico focado nos temas dos ODS e apoio dos alunos da educomunicação na produção de conteúdo;
- 01 Concurso cultural da logomarca do Roteiro Caminho das Águas;
- 01 amostra de Vídeos Socioambientais;
- 01 blog alimentado com notícias geradas pelos beneficiados;
- 03 Festivais Culturais Tecendo as Águas;
- Cobertura jornalística dos alunos em eventos, cursos, oficinas, mutirões, entre outras ações do projeto e da região.



Figura 2: Jovens alunos de educomunicação e educadores, da etapa 1, na cobertura do “Workshop de Segurança Hídrica, Caraguatatuba, SP, 2015
Fonte: Acervo Instituto Supereco, 2015



Figura 2: Jovens alunos de educomunicação, da etapa 2, na cobertura do “Circuito de Surf Gabriel Medina do IGM”, no evento “Bateria Limpa”, Maresias, SP, 2018
Fonte: Acervo Instituto Supereco, 2018

Além dos grupos focais, o estudo de caso também irá analisar uma amostra de treze tipos de materiais da comunicação integrada do projeto. Abordagem, formato, conteúdo, mensagens, representatividade local, design, apelos emocionais e socio cognitivos, além de outras características, serão avaliadas no conjunto integrado de produtos que se complementam entre si. O Documentá-

rio Tecendo as Águas, disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=8lO-BcZlrTRw&t=29s> traz referências visuais destes produtos.

Assim, a análise do formato e do conteúdo da amostra documental passa, necessariamente, pela capacidade de a sua comunicação criar significados juntos aos atores sociais, a partir da gestão integrada de suas mensagens (Pereira, 2004, p.1985-1985).

Conclusão

Os resultados da investigação da autora pretendem mostrar os aspectos positivos e as fragilidades que podem inspirar e subsidiar futuras estratégias e experiências afins de educomunicação socioambiental, nacionais e internacionais, que influenciam a formação de comunidades mais sustentáveis.

Segundo Kaplun (2014, p. 68), “para que esse processo de autoaprendizagem se desenvolva é essencial dotar o sistema de estímulo, de uma motivação”. Assim, pretende-se colocar em debate a própria sustentabilidade da educomunicação pelos beneficiários, após a saída dos promotores da intervenção.

Conclui-se, a princípio, que o tempo, as metodologias adotadas, o alinhamento e o fortalecimento das políticas públicas locais e nacionais são fundamentais para o sucesso das iniciativas de educomunicação.

Referências:

APARICI, Roberto. Introdução: a educomunicação para além do 2.0. São Paulo: Editora Paulinas, 2014.

BRUNDTLAND, Gro Harlem. (Org.) (1987). Our Common Future: Report of the World Commission on Environment and Development. United Nations Documents.

CALDAS, Graça. Mídia, ciência, tecnologia e sociedade. São Paulo: Fapesp Pesquisa, n. 60, p. 8, 2000.

COSTA, Francisco de Assis Morais da (org). Educomunicação socioambiental: comunicação popular e educação. Brasília: MMA, 2008

DIEGUES, Antônio Carlos. Sociedades e comunidades sustentáveis. São Paulo: Nupaub-USP, 2003

KAPLÚN, Mário. Uma pedagogia da comunicação. In: APARICI, Roberto (org). Educomunicação: para além de 2.0. São Paulo: Editora Paulinas, 2014. p.59-78

MARTINE, George; ALVES, José Eustáquio Diniz. (2015) 'Economia, sociedade e meio ambiente no século 21: tripé ou trilema da sustentabilidade?', Revista Brasileira de Estudos de População, (ahead), pp. 0–0. doi: 10.1590/S0102-3098201500000027P.

MITTERMEIER, Peter. et al. Hotspots Revisited: Earth's Biologically Richest and Most Endangered Terrestrial Ecoregions. Whashington: CEMEX: Agrupación Sierra Madre, 1999.

MORIN, Edgar & LE MOIGNE, Jean-Louis. A Inteligência da Complexidade. São Paulo: Peirópolis, 2000.

MMA. Tratado de Educação Ambiental para Sociedades Sustentáveis e Responsabilidade Global. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/formacao/item/8068-tratado-de-educa%C3%A7%C3%A3o-ambiental-para-sociedades-sustent%C3%A1veis-e-responsabilidade-global.html>

MMA. ProNEA:Programa Nacional de Educação Ambiental.Disponível em: <http://www.mma.gov.br/educacao-ambiental/politica-de-educacao-ambiental/programa-nacional-de-educacao-ambiental>

OKADO, Giovanni Hikedi Chinaglia;QUINELLI, Larissa. Megatendências Mundiais 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS): uma reflexão preliminar sobre a “Nova Agenda” das Nações Unidas. Revista Bauru – Revista Brasileira de Assuntos Regionais e Urbanos, v.2, n.2, 2016.

PEREIRA, Sandra. (2004) 'Sociologia da Comunicação : As bases de um estudo no contexto das organizações', pp. 1985–1995

SILVA, Camila de Alvarenga Assis. Comunicação, Educação e Cultura: possíveis inter-relações no contexto da sociedade midiaticizada. In: NAGAMINI, Eliana (org). Série Comunicação e Educação: questões teóricas e formação profissional em Comunicação e Educação. Ilheus: Editora da UESC, 2016. p.55

SOARES, Ismar de Oliveira. Caminhos da educomunicação: utopias, confrontações, reconhecimentos. In: APARICI, Roberto (org). Educomunicação: para além do 2.0. São Paulo, Editora Paulinas: 2014. p.145

SOARES, Ismar de Oliveira. Educomunicação: um campo de mediações. In: CITELLI, Adílson Odair e COSTA, Maria Cristina Castilho (orgs). Educomunicação: construindo uma nova área de conhecimento. São Paulo: Editora Paulinas, 2011. p.25

United Nations (2015) 'Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável', a/Res/70/1, pp. 1–49. doi: 10.1017/CBO9781107415324.004.

Sobre a autora

Andrée de Ridder Vieira - Bióloga (PUC-PR), especialista em gestão ambiental (FSP-USP) e mestranda em Ciências da Comunicação (Universidade Fernando Pessoa, Porto, Portugal). Reside em Guarujá, SP. Autora, palestrante, docente e consultora, há 29 anos, em estratégias de comunicação, educação, educomunicação e responsabilidade socioambiental com foco em sustentabilidade. Tem atuado na gestão, planejamento estratégico, execução, monitoramento e avaliação de programas e projetos socioambientais; curadoria, mediação e facilitação de eventos; fortalecimento de redes; produção de audiovisuais, materiais de web e rádio e educomunicação. Presidente da OSCIP Instituto Supereco e fundadora da Radioweb Supereco. Vencedora do Prêmio Hopes for the Future for a Sustainable World, concedido pela IUAPPA e Academia Internacional de Ciências entre 1500 projetos de 50 países e Medalha Chico Mendes. Contato: andree.ridder@gmail.com